

Projeto desagradá militares e descontenta os anistiados

Foto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — A anistia é um dos pontos da nova Constituição que mais desafia o Governo. A proposta do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não agradou aos anistiados, que não se sentiram atendidos, e irritou profundamente os militares, que se sentiram traídos nos acordos feitos previamente.

Ao optar por uma anistia abrangente, ainda que sem reintegração na ativa e pagamentos retroativos de benefícios de qualquer natureza, Cabral ignorou todos os entendimentos entre a área militar e a Constituinte. Os anistiados não ficaram satisfeitos porque não irão receber os benefícios aos quais entendem ter direito e ainda criticaram o texto que os anistia "a priori", porque o pagamento dos acertos previstos pelo anteprojeto começará depois da promulgação da nova Constituição.

Assim como no caso do sistema de governo e do mandato presidencial, é no capítulo da anistia que o Governo pretende investir todo seu poder de força junto à Constituinte. Na ofensiva do Governo contra a proposta de Cabral entram em cena os Líderes formais da Aliança Democrática, acionados pelo Presidente Sarney e pelo Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

A discussão da anistia foi um dos momentos mais tensos da reunião ministerial de quinta-feira. Leônidas discorreu sobre as implicações da proposta, que, segundo ele, vai implicar uma despesa para o Governo de CZ\$ 50 bilhões. Sarney pediu aos Líderes da Aliança que se empenhem para reverter a situação.

O Líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, comprometeu-se a trabalhar neste sentido junto ao grupo "moderado" da Constituinte. E o "Centro Democrático" vai descarregar os seus votos, que calcula de cem a 130, na proposta que o setor militar admite para a questão da anistia: parcial, sem reintegração e indenização.



Lourenço vai reunir "moderados"

Os "moderados", a princípio, não fazem qualquer objeção a integrar esta corrente. A questão da anistia não está entre as preocupações maiores do grupo. Mas os "progressistas" se armam para manter a proposta e têm, na linha de frente desta tarefa, os Deputados José Genoíno (PT-SP) e Paulo Ramos (PMDB-RJ), que firmou compromisso expresso com os anistiados e tornou-se uma espécie de porta-voz do grupo na Constituinte.

A manutenção do texto do anteprojeto é bandeira dos partidos de esquerda e do "Movimento de Unidade Progressista" do PMDB, que, segundo Genoíno, conseguem arrematar cerca de 120 votos no plenário. Como disse o Vice-Líder petista, insuficientes para aprovar qualquer matéria, mas expressivos no trabalho de obstrução da Constituinte. A respeito da intenção de obstruir os trabalhos, o Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) disse que "esta Constituinte pode ser aprovada em quatro dias ou em quatro mil, dependendo da resistência física dos políticos".